



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE E COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.**

### **PARECER CONJUNTO**

**Projeto de Lei nº 18, de 2025 e Emenda  
Aditiva nº 01, de 2025.**

Dispõe sobre a autorização para contratação de plano de assistência à saúde para os servidores e vereadores da Câmara Municipal, com previsão de coparticipação, com inclusão por emenda aditiva de dependentes e dá outras providências.

#### **1 - Do Relatório:**

O presente Projeto de Lei e sua Emenda Aditiva possui por objetivo autorizar a contratação de plano de assistência à saúde para os servidores e vereadores da Câmara Municipal, bem como seus dependentes legais, com previsão de coparticipação.

A matéria foi submetida à análise das Comissões Finanças e Orçamento e Serviços Públicos, para exame da economicidade e conveniência administrativa, nos termos do art. 66 e seguintes do Regimento Interno.

#### **2 – Da análise:**

##### **2.1 - Comissão de Finanças:**

A presente comissão analisou o impacto financeiro da medida e sua viabilidade orçamentária.

Em Consulta nº 1.111.041, inclusa a este parecer, o TCE-MG informa que da contratação de plano de saúde para Câmara Municipal, o custeio poderá ser realizado no todo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**

COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE E COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

ou em parte com recursos orçamentários, desde que instituída mediante a edição de lei específica pelo Poder Legislativo, em atendimento às disposições das leis de Licitação, Diretrizes Orçamentárias e de Responsabilidade Fiscal.

Considerando que as despesas decorrentes do projeto serão suportadas pelo orçamento da Câmara Municipal, é necessário verificar a existência de dotação orçamentária suficiente para atender à demanda. Diretoria de finanças apresentou “Declaração Ordenador de Despesas” que atesta a existência de orçamento para custear tais despesas.

Assim, conclui-se que o projeto é viável financeiramente.

### **2.2 - Comissão de Serviços Públicos**

A comissão analisou a conveniência e a eficiência administrativa da proposta.

O presente projeto proporciona aos servidores públicos e vereadores melhoria na saúde assegurando-lhe acesso facilitado a serviços médicos de qualidade. Bem como demonstra a preocupação do Poder Público em valorizar os profissionais.

A iniciativa também reduz o absenteísmo e melhorando o desempenho nas atividades, resultando em uma gestão mais eficiente e aumentando a produtividade que se reflete diretamente na eficiência dos serviços prestados à comunidade.

Dessa forma, a comissão considera que o projeto atende aos princípios da eficiência, da transparência e da economicidade, sendo conveniente para a administração pública.

### **3 – CONCLUSÃO**

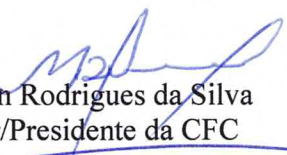
Diante do exposto, as Comissões de Finanças e Serviços Públicos manifestam-se FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei nº 18/2025 e a Emenda Aditiva nº 01, considerando sua viabilidade financeira e conveniência administrativa, desde que sejam observadas as diretrizes de requisição, justificativa e prestação de contas.

É o parecer, SMJ.

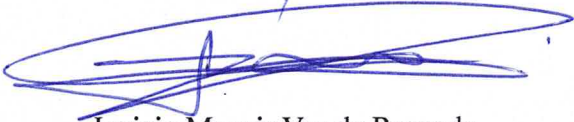
Sala das reuniões, 14 de abril de 2025.




**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE E COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.




Mariosan Rodrigues da Silva  
Relator/Presidente da CFC



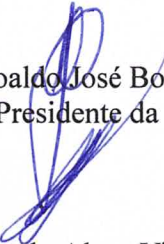
Janizio Moacir Vaz de Resende  
Presidente CSP



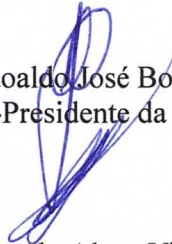
Daniel Alves Miranda  
Vice-Presidente da CFC



José Ricardo Oliveira  
Membro da CFC



Clodoaldo José Borges  
Vice-Presidente da CSP



Leonardo Alves Vieira  
Membro da CSP